



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

UMA ANÁLISE DO DISCURSO DO CONCEITO DE CIDADANIA REPRESENTADA SOCIALMENTE PELOS EDUCADORES DA IPAM- INSTITUTO DE PROMOÇÃO E AMPARO AO MENOR DO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA - BA

Soane Santos Silva*
(UESB)

Lilian Moreira Cruz**
(UESB)

RESUMO

Este artigo objetivou analisar a concepção do conceito de Cidadania enquanto um discurso atuante nas representações sociais dos educadores da IPAM – Instituto de Promoção e Amparo ao Menor do município de Itapetinga – Ba. Caracterizou-se como pesquisa de campo qualitativa, tendo como sujeito oito educadores e como instrumentos a observação e questionários estruturados, conforme delimitação do problema. O conhecimento do conceito de Cidadania atuante nas representações dos educadores da IPAM, deixou claro que Cidadania perpassa pela concepção de Soberania Popular, estabelecido por Coutinho (1999), considerando que o homem como ser construtor de sua própria história, produz, cria e recria meios de sobrevivência caracterizando a organização social, bem como a formação de suas representações, que nada mais é, a manifestação subjetiva da consciência humana.

PALAVRAS CHAVE: Conceito, Cidadania, Representação.

* Pedagoga. Especialista em Metodologia do ensino de História e Geografia. Graduando em História Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-Faculdade de Tecnologia e Ciências. E-mail: soanesilva@hotmail.com

** Pedagoga. Graduando em Biologia. Especialista em Educação Infantil Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: linternura@hotmail.com



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

INTRODUÇÃO

Muito se discute hoje sobre cidadania, ou ainda sobre os direitos dos cidadãos e deveres do Estado principalmente referente à educação, onde se tornou centro de todo e qualquer discurso político. Contudo, resta-nos questionar o que significa e o que pode significar cidadania para que possamos dizer se somos ou não cidadãos e qual a amplitude dessa qualificação. Para tanto é necessário conhecermos as raízes de toda construção histórica do conceito de cidadania a qual está fundamentada nossa concepção.

Desde os primeiros momentos de nossa existência, em que somos inseridos em uma determinada sociedade e passamos a ser membro dessa, recebemos uma carga de informações, que são estabelecidas como responsáveis pela estrutura do cotidiano. Informações consideradas verdades que regem a nossa conduta como ser individual e social. Porém não conhecemos ou sequer questionamos as raízes e a validade dessas informações, que inconscientemente se tornam concretas em nossas representações. Isto não significa dizer que essas informações sejam as mesmas e estejam estagnadas durante os anos, mesmo porque o mundo e o homem evoluem e conseqüentemente surgem novas necessidades advindas dos problemas sociais.

Ao buscar explicações para a manifestação das idéias, sistemas de pensamento e de representações utilizadas pelos sujeitos que pertencem ao grupo social, nada mais útil levarmos em consideração a subjetividade presente nas estruturas da sociedade e do pensamento, as quais determinam e delimitam tanto a subjetividade das preferências, quanto a objetividade das decisões, das (des) construções do conhecimento, da razão. (CHAMMÉ, 1997, p 90).



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

De acordo com essas concepções que este artigo propõe-se a apresentar os resultados de um estudo realizado com os educadores da IPAM - Instituição de Proteção e Amparo ao Menor, com intuito de observarmos como os educadores estão construindo os seus conceitos de cidadania, bem como representadas no dia-a-dia da instituição e como essas representações estão sendo refletidas no processo educativo. Mais especificamente, esse trabalho procurou analisar o conceito de representação social como manifestação subjetiva da consciência humana, o conceito de cidadania, bem como seu contexto histórico e analisar a influência do discurso do conceito nas representações sociais dos educadores da IPAM.

O conhecimento do discurso de cidadania atuante nas representações dos educadores da IPAM possibilitará uma análise das nossas concepções levando-nos a rever as nossas atuações na sociedade, enquanto cidadão, de forma que busquemos nos desvincular de estereótipos impregnados por discursos ideológicos, que ajudam ainda mais aumentar as disparidades sociais e culturais existentes em nossa conjuntura social. Desse modo encontra - se dividido em três capítulos:

Procedimento Metodológico

Esta pesquisa trata-se de um estudo de caso que devendo ser constituído dentro de uma unidade simples de análise foi realizado com os educadores do Instituto de Promoção e Amparo ao Menor – IPAM.

Segundo Nisbet e WatT (1978) apud Ludke e André (1986:21) um estudo de caso possui como principais característica a descoberta de novos elementos no decorrer da pesquisa, a interpretação em contexto, a retratação da realidade de forma completa e profunda, a variedade de fontes de informação, a generalização



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

naturalística, a representação de diferentes idéias e por fim um diálogo mais intenso com o leitor por meio do relatório.

De acordo com esses pressupostos essa pesquisa iniciou-se realizando um estudo exploratório de documentos a respeito do tema Cidadania, porém considerando que o citado tema abre um leque muito grande para diversos assuntos polêmicos, delimitou-se apenas a questão da representação social do seu conceito.

O contato direto do pesquisador com o sujeito de estudo, nesse caso, os educadores da IPAM, foi realizado por meio da observação participante¹ das atividades realizadas pelos educadores no seu cotidiano. Para controle dos dados observados foi elaborada uma ficha considerando apenas os aspectos a serem pesquisados com base na categorização do tema. Para que se torne um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática. (COOD, HATT, 1968)

Investigar a construção do conceito de acordo as concepções dos educadores exigiu uma análise particular e mais cuidadosa das idéias representadas. Daí a importância da aplicação dos questionários. Houve uma dificuldade em recolhê-los visto que os professores julgavam-se muito ocupados e não disponibilizava de tempo para respondê-lo, por conta disso dos 08 questionários distribuídos, apenas 05 foram devolvidos, sendo que 01 estava em branco.

Com esses pressupostos foi possível uma análise sistemática de informações mantendo sempre uma conexão entre os dados coletados por meio da observação e do questionário aplicado aos educadores e as leituras bibliográficas colocando sempre em relevância o problema pesquisado e os objetivos.

¹ O observador como participante é um papel em que a identidade do pesquisador e os objetivos do estudo são revelados ao grupo pesquisado desde o início.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

A escolha dessa instituição se deu devido ao fato de ser a única entidade no município que apresenta um trabalho exclusivamente voltado aos problemas sociais, mais especificamente, na inserção de crianças e adolescentes em situação de risco à sociedade, promovendo o direito à Cidadania.

É importante salientar que por se tratar de um estudo de caso, as informações são restritas a unidade simples de análise, os educadores da IPAM, que possui uma experiência própria e única em seu cotidiano, porém como contribuição possibilitará uma melhor compreensão por parte dos educadores se relacionadas com outras instituições sociais.

A Instituição de Promoção e Amparo ao Menor – IPAM localiza-se em Itapetinga, cidade do interior da Bahia, situada a 623 Km da capital Salvador, fundada no ano de 1984 sendo uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, que tem como objetivo acolher e amparar o menores carentes do município, promovendo a eles o direito a Cidadania. Fruto da Campanha da Fraternidade daquele ano, cujo tema era, “Fraternidade Sim, Violência Não”, o trabalho surgiu na perspectiva da defesa a criança e ao adolescente em situação de risco social, por meio de atividades pedagógicas, esportivas, médicas, culturais e terapêuticas, visando o fortalecimento familiar.

O tema escolhido procurou focalizar as representações do universo de estudo composto por uma população de 08 docentes. Desse número de educadores que atuam na instituição 02 estão cursando o ensino superior, sendo que 01 do Curso de Pedagogia e 01 do curso de Zootecnia, 05 concluíram o ensino médio, sendo que 01 é auxiliar de escritório, 01 com formação em Magistério e 02 Técnicos em Contabilidade e 01 que conclui apenas o ensino fundamental. Foram tomados como amostra para análise dos dados as informações de apenas 04 dos professores, visto que os demais não devolveram o questionário respondido.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Todos esses profissionais foram preparados pelo Núcleo da PUC, responsável pela implantação do Programa. Semanalmente se reúnem para avaliarem o andamento das atividades da instituição, o desenvolvimento das crianças, bem como estudos de casos, e planejamento pedagógico. São eles os responsáveis diretamente pela validade das propostas do programa que tem como princípio a pedagogia de direitos, a ludicidade e o sucesso escolar integrando família escola e comunidade. É no contato direto com as crianças e na concretização de suas atividades que esses educadores têm como missão promover a formação e o sucesso do cidadão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O termo Cidadania recebeu uma grande ênfase nos discursos políticos no final do século XX e vem se demonstrando com grande força no início desse novo milênio, século XXI. Isso por que a sociedade busca cada vez mais os direitos a democracia e igualdade para todos. As diversas manifestações sociais e políticas deixam clara a vontade do cidadão de fazer valer e viver a democracia

A instituição de Promoção e Amparo ao Menor – IPAM por meio dos professores apresenta uma metodologia educacional diferente da maioria das escolas locais, devido a preocupação de informar aos alunos seus direitos e deveres com base no E.C.A – Estatuto da Criança e do Adolescente), preparando-os para os obstáculos que irão enfrentar.

Considerando a realidade social das crianças atendidas, que é precária, o trabalho desses educadores se torna imprescindível para a formação da autoestima na perspectiva de uma vida mais justa e igualitária. Para trabalhar com essa realidade de forma que os conscientize de seus direitos e deveres como cidadão de



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

uma sociedade democrática foi preciso uma preparação e um conhecimento da atual conjuntura social para criar expectativas positivas nos alunos.

Os educadores foram unânimes ao dizer que o papel principal do cidadão é considerar a sua capacidade de agente transformador e contribuir para uma mudança social. Um dos professores colocou ainda, que para que essa mudança ocorra é necessário que cada cidadão organize seus conceitos.

IAMMI (1998), fundamentado nas concepções marxista, diz que ao produzir os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. Desse modo, considerando o homem um agente transformador capaz de modificar seu ambiente natural, se torna fator de grande significação a consciência do próprio homem de que é o responsável pela maneira a qual a sociedade está organizada e que dessa forma o papel do cidadão é produzir um meio de existência que proporcione a igualdade entre todos.

A organização dos conceitos, abordado por um dos professores, seria a organização da consciência humana, que segundo o próprio IAMMI (1998), se manifesta por meios das representações. Essas representações estariam diretamente ligadas com a produção material sendo a linguagem da vida real.

Percebeu-se que houve uma grande dificuldade por parte dos professores, com exceção de apenas um, de falar da sua prática. Abordaram a questão do ensino dos valores, principalmente no que diz respeito a família, a necessidade de se criar projetos para que as crianças possam vivenciar situações que contribuam para a formação do cidadão. Observou-se também que ao falarem da questão dos valores, em momento algum, os colocam como algo questionável e sim como uma lista de princípios básicos que as crianças e adolescentes deveriam adquirir para serem bem aceitos na sociedade, não colocaram também como deveriam ser esses projetos dentro do tema proposto. Observou-se ainda por meio das respostas que



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

inconscientemente deixaram transparecer a carência de se tratar diretamente com o aluno às questões sociais.

Na questão anterior os professores colocaram que o papel do cidadão é considerar-se um agente transformador, e que nesta perspectiva é a produção material que organizará a consciência humana, nesta questão deixam evidenciado, que ainda assim, há uma passividade com relação às mudanças sociais.

Se é a maneira como o homem produz materialmente sua existência que determinará os conceitos, então, é proporcionado a mudança da organização social, que novos conceitos serão formulados.

Sendo assim, ensinar regras e valores (conceitos e/ou manifestação da consciência) já existentes aos alunos não os ajudará na sua formação de cidadãos. Há que lhes proporcionar meios de mudança de atitudes na sociedade para construir novos conceitos.

Observou-se que apenas um professor em suas palavras relata que a partir de uma prática, de uma produção material, que os conceitos vão sendo construído e que a participação individual de cada ser, contribuirá para o sucesso coletivo.

Ao falar sobre o tema cidadania os educadores expressaram em suas respostas que Cidadania é algo de fundamental importância, para a formação do caráter dos indivíduos que compõem nossa Sociedade. Falar de Cidadania é falar de igualdade, de oportunidade entre as pessoas, da consciência de que é possível transformar e conviver com as diferenças. A partir do momento que o ser humano passa a fazer parte de um grupo social precisa conhecer seus direitos e deveres, desenvolver seu lado crítico e participativo exercendo sua cidadania. Um único professor conseguiu definir cidadania como produção humana.

Muito mais que uma simples usufruição dos direitos, Coutinho (1999), parte para uma análise mais profunda do que vêm significar cidadania. Para o autor Cidadania é o mesmo que Democracia e Soberania Popular. Ou seja, é a



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

participação ativa dos cidadãos na organização da dinâmica social, inclusive na formação do seu próprio governo. É o homem construtor de seus próprios bens e consequentemente de sua organização social e política.

Isso significa que o algo de fundamental importância, para a formação do caráter dos indivíduos, abordado pelos professores, e que eles não souberam definir, é a própria produção humana, é a prática exercida pelo homem dia a dia, que consequentemente irá compor seus conceitos.

Destacamos aqui o seguinte trecho: O homem só é plenamente cidadão se compartilha efetivamente dos bens que constituem os resultados da tríplice prática histórica...bens materiais...bens simbólicos...bens políticos...

A construção dos conceitos é resultado de toda uma construção histórica. O conceito de Cidadania passou por diversas mudanças em sua complexidade. Desde a Grécia antiga até os atuais modelos de organização social. Todos, porém, buscando promover a melhoria na condição existencial do homem.

Sendo o conceito de Cidadania resultado da produção do Homem no decorrer da história foi feito o seguinte questionamento aos professores: Você acredita que esteja exercendo sua cidadania? Com Base em que conceitos? Qual a origem desses conceitos?

Observou-se que o maior motivo abordado pelos professores pelo qual exercem a Cidadania está vinculado a questão do Direito. Segundo C. N. Coutinho, o Estado de Direito é caracterizado pela definição: “direitos iguais para todos perante a constituição”. Essa concepção surgiu com a queda do absolutismo e o fortalecimento da burguesia com intuito de melhorar as condições de vida dos cidadãos, porém esses direitos estavam vinculados aos interesses burgueses.

Independentemente da definição, Direitos e Cidadania andam juntos, e acabam por serem confundidos, pois os Direitos são representações dos conceitos, da subjetividade humana, que são construídos como resultado da produção

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

material, visto que é a forma de organização social que define a organização das idéias. Sendo assim não basta somente usufruirmos dos direitos para exercermos nossa Cidadania mas também construí-los agindo diretamente na produção material, modificando-a de modo que possa prevalecer a Soberania Popular.

Os professores que disseram que não exercem a Cidadania plenamente, não se responsabilizam pela ação, dessa forma não se coloca como agente transformador. Segundo os mesmos a mudança deve partir da massa, e a massa se rende as ideologias hegemônicas.

Observou-se que 03 professores responderam que não acreditam nos valores que hoje são colocados como verdades à sociedade. A resposta negativa foi justificada pelos seguintes fatores:

- Falta de compromisso da comunidade.
- Falta de compromisso do poder público.
- O valor hoje significa acúmulo de bens materiais.
- A incredulidade na atual conjuntura social.

01 professor colocou que os valores são algo que está intrinsecamente ligado a cultura humana, visto que a condição existencial do homem exige dele a escolha dos meios e fins para atender as necessidades. É nessa escolha que são estabelecidos os valores e é em função dos valores que sentimos atração ou repulsa, desejamos ou rejeitamos coisas, situações e até mesmo pessoas. Por isso independentemente da veracidade desses valores eles são essenciais para construção da identidade social.

Esses valores são construídos no decorrer da história de acordo cada contexto social e organização de cada sociedade. O próprio homem é responsável pela manifestação de seus conceitos.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Vale ressaltar, que o homem é um agente transformador, e que por meio da ação individual, interagindo com a ação coletiva, que o homem vai construindo sua própria história.

Considerando que o conhecimento é um direito de todos, visto que por todos é produzido, os professores responderam que a banalização dos valores é hoje um dos principais fatores que contribuem para as disparidades existentes na atual conjuntura social. Na concepção dos educadores, poucos são os que se preocupam com as necessidades sociais como um todo e sim a maioria buscam a satisfação individual e por isso a existência de grandes desigualdades sociais.

Para uma melhor compreendermos o que poderia ser essa banalização de valores, retornemos a questão do surgimento dos direitos estabelecidos por Marshal, segundo Coutinho (1999):

- Os direitos civis que garante os direito a liberdade de pensamento e movimento.
- Os direitos políticos que garante ao trabalhador o direito a organização, além do direito de votar e ser votado.
- Os direitos sociais que permiti aos cidadãos uma participação na riqueza material e espiritual criada pelo grupo social, ou seja, coletivamente.

Com o atual modelo de organização social, regida por uma ideologia neoliberal, há uma decadência dos direitos que foram construídos e conquistados no decorrer dos anos. Esse declínio enfraquece o cidadão de modo que há uma déficit com relação a credibilidade e a crença em seus conceitos representados socialmente, o que provoca ainda mais as disparidades sociais.

Nesse processo o próprio homem provoca um conflito social. É esse conflito que deve servir como mola propulsora para enfrentar obstáculos e antagonismos, despertando a criticidade impulsionando-nos à uma mudança social.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

CONCLUSÕES

Diante da análise do discurso do conceito de Cidadania representada socialmente pelos educadores da IPAM, conclui-se nesse artigo que as representações dos professores apresentam alguns antagonismos nas suas concepções.

Primeiro é que todos têm consciência de que somos submetidos a valores que não correspondem a nossa realidade e que somente a ação do próprio homem é capaz de modificá-lo, partindo da concepção de que as representações subjetivas são as maiores manifestações da consciência humana e que a construção da consciência humana é decorrente de uma série de fatores históricos, conseqüentemente de ideias que de certa forma acabam dominando a conduta do homem, porém ninguém se responsabiliza por essas ações.

Num segundo instante, os problemas sociais, na concepção dos educadores, acabam sendo na maioria dos casos culpa de uma sociedade mal organizada politicamente e que o governo é o responsável pelas disparidades sociais, porém os direitos civis, políticos e sociais são para todos e qualquer cidadão e por isso as diferenças iniciam – se nas mais simples relações sociais. Sendo assim as mudanças não ocorrerão do todo para as partes, mas da relação das partes com o todo.

O terceiro ponto observou-se que falar de cidadania para esses educadores é simples, difícil, porém é conceituá-la e relacioná-la com sua prática e assim verifica-se que não são os conceitos que determinam a forma de organização da sociedade, e sim a maneira como a sociedade se organiza materialmente que determinará a organização da nossa consciência, ou seja, dos nossos conceitos.

É relevante abordarmos que apesar desses antagonismos, na subjetividade representada pelos educadores o conceito de Cidadania perpassa pela concepção



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

de Coutinho (1999) de Cidadania ligada a Democracia bem como a Soberania Popular.

A Cidadania ligada a liberdade é uma forte expressão nos conceitos e nas representações, isso porque o homem se reconhece como um ser livre, ao mesmo tempo em que reconhecem que a liberdade almejada ainda se encontra distante da atual conjuntura social.

O enfraquecimento da Cidadania se dá pela falta de significação ao termo, visto que se tornou natural o uso da expressão nos discursos ideológicos, principalmente na esfera política. Falar hoje em cidadania é estabelecer uma lista de problemas sociais numa visão externa ao homem, ou seja, o cidadão não se coloca como responsável e agente pela forma que a sua sociedade se comporta e reage diante das disparidades sociais e que as transformações devem partir do homem para o meio.

O exercício dos direitos supõe uma comunidade organizada que garanta a sua vigência que quanto mais aperfeiçoado mais livre se tornará o indivíduo fazendo prevalecer a soberania popular, construindo uma sociedade democrática com direitos igualitários. É considerando a condição “sine qua non” a qual se mostra o homem, que o discurso e ação se relacionarão. Assim a Cidadania garantirá ao homem no mínimo a fruição dos direitos que lhes são fundamentais e essenciais.

Nesse contexto considerar a importância da reflexão do que perpassa na subjetividade humana para uma possível transformação social implica na percepção de que o homem na sua condição histórica terá que se desvincular de certos conceitos e significados, reorganizando suas estruturas nessa esfera subjetiva. E quando de fato isso ocorrer o homem estará construindo mais página da história e contribuindo para uma nova organização e relação social, visto que



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

“não há sentido a não ser o que é criado na e pela história”⁴⁹⁵. Essa consciência por parte dos educadores, independentemente do estabelecimento de ensino, será um grande salto para a esfera da prática educativa na formação do cidadão transformador. Cabe ao professor em seu papel de orientador está atendo para as suas representações e conseqüentemente para a formação dos seus conceitos.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli E.D.A.; LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Cidadania e Modernidade**, Perspectivas. São Paulo. 1999. p. 41-49.
- CHAMMÊ, Sebastião Jorge. **Subjetividade e Representação Social**, 1997
- DURKHEIM. E. **As normas elementares da vida religiosa**, São Paulo: Abril, 1973
- IAMMI, Octávio. **Sociologia**. 6.ed. Ática, 1988
- JOVCHELOVITCH, Sandra. (Org.) **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994. p.63-85.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Cidadania, Crise e Reforma Democrática do Estado. Perspectivas**. São Paulo, 1999. p. 61-84.
- SPINK, M. J. P (Org). **O conhecimento no Cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1975. p.71-83.
- TONET, Ivo. **Cidadania ou Liberdade. Perspectivas**. São Paulo, 1999. p.85 - 94.

⁴⁹⁵ Cidadania como conceito de totalidade, Soares Holgonsi.